



**CRC TO**  
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE  
DO TOCANTINS

## Curso de Contabilidade no Terceiro Setor e suas particularidades

**Curso de Contabilidade  
para o Terceiro Setor ITG  
2002 Passo a Passo**

**Palestrante:**  
***Claudinir de Goes Junior***  
Contador Voluntário  
Coordenador Estadual PVVC  
Palmas-TO Fevereiro-2018



Programa de  
**Voluntariado**  
da Classe Contábil



### BREVE EXPLICAÇÃO - Internacional

- As normas IFRS foram adotadas (entre outros) pelos países da União Europeia pelo regulamento (CE) n.º 1725/2003 da Comissão Europeia, de 21 de setembro de 2003 (atualizado pelo Regulamento (CE) n.º 1126/2008) com o objetivo de harmonizar as demonstrações financeiras consolidadas publicadas pelas empresas abertas europeias. A iniciativa foi internacionalmente acolhida pela comunidade financeira. (cnc.min-financas.pt)

Atualmente numerosos países tem projetos oficiais de convergência das normas contábeis locais para as normas IFRS, inclusive o Brasil. Em aplicação da nova Lei das SAs 11.638/07, as normas IFRS estão sendo atualmente adaptadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e incluídas nas práticas contábeis brasileiras pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e agencias reguladoras (ANEEL).



## Histórico - Internacional

- A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) confirmou, no dia 13 de julho de 2007, que a partir de 2010 as companhias abertas brasileiras adotariam obrigatoriamente as normas internacionais definidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) em suas demonstrações contábeis financeiras. A regra foi acatada pela Instrução CVM nº 457, que permaneceu em audiência pública por cerca de dois meses.

Devido às alterações da Lei 11.638/07 o CPC emitiu Pronunciamentos e Orientações Técnicas que já foram aprovados e alguns estão em audiência pública sempre que necessário atualização ou convergência.

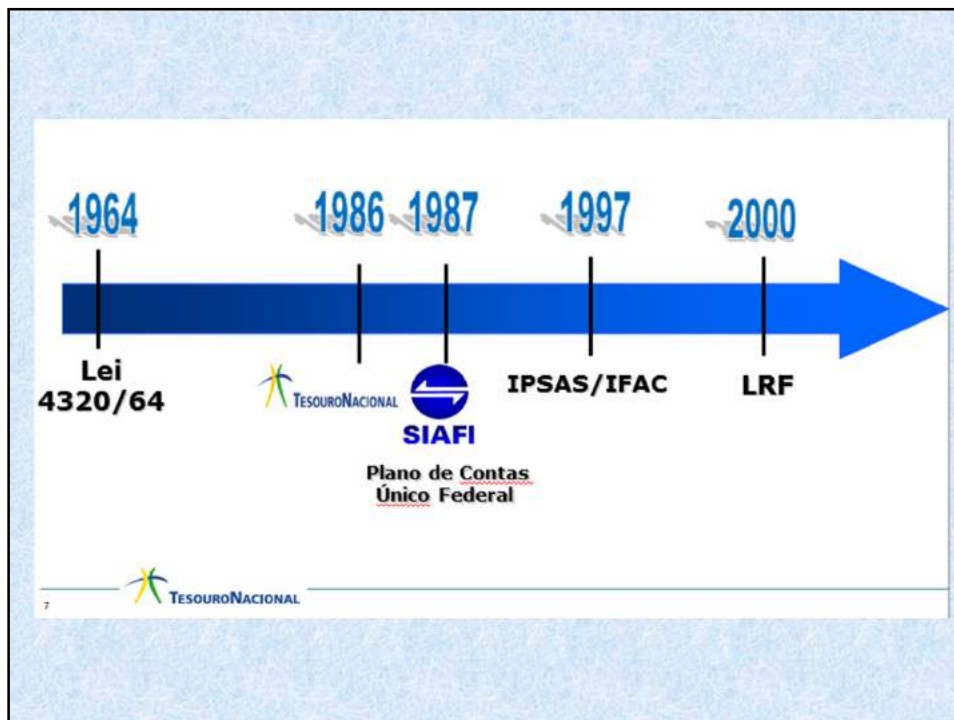
**IFRS SME = PME**  
**A partir 2015**

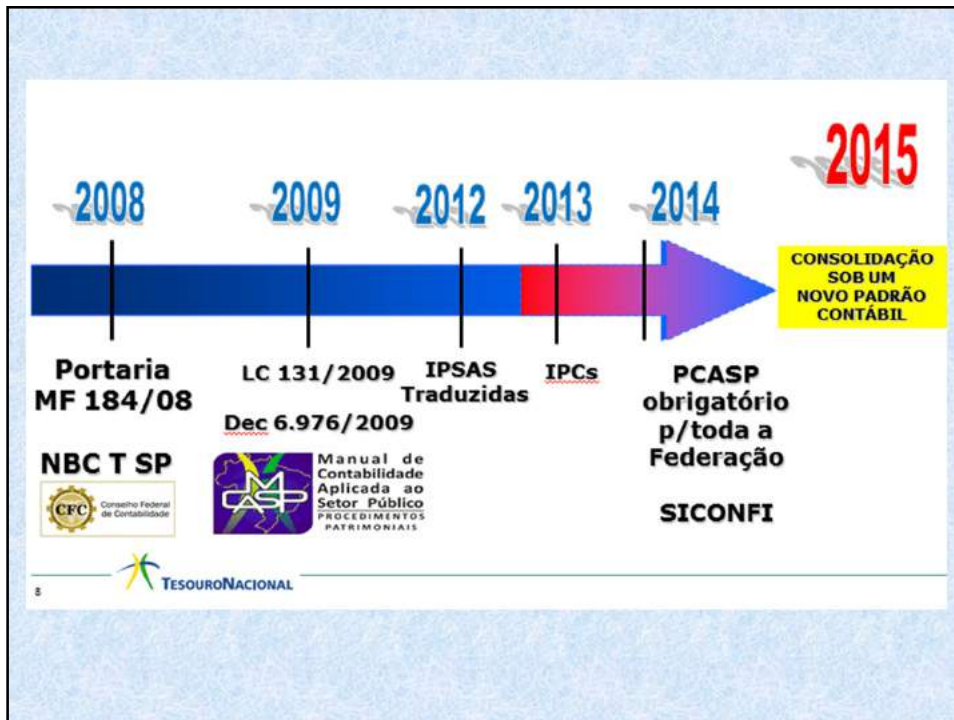


### IFRS X CPC – Equivalências **Sistema CFC - Conselho Federal de Contabilidade** **CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis**

[Twitter](#)

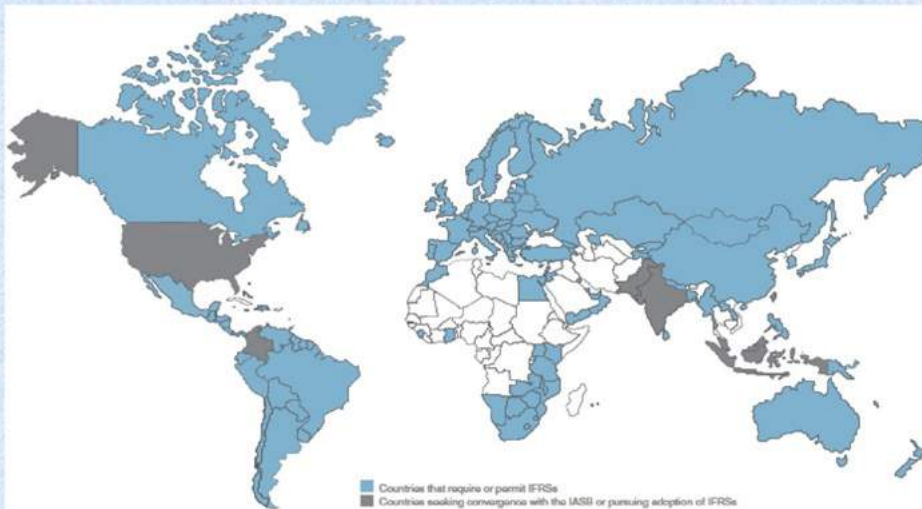
CPC		IAS / IFRS	
<b>CPC 00</b>	Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis	-	-
CPC 01	Redução ao valor recuperável de ativos ( <i>impairment</i> )	IAS 36	Redução do valor recuperável de ativos
CPC 02	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	IAS 21	Efeitos de mudanças nas taxas de câmbio
CPC 03	Demonstração dos fluxos de caixa	IAS 7	Demonstração dos fluxos de caixa
CPC 04	Ativos intangíveis	IAS 38	Ativo intangível
CPC 05	Divulgação de partes relacionadas	IAS 24	Partes relacionadas
CPC 06	Operações de arrendamento mercantil	IAS 17	Arrendamentos
CPC 07	Subvenção e assistência governamentais	IAS 20	Subvenções governamentais
CPC 08	Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários	-	-
CPC 09	Demonstração do valor adicionado (DVA)	-	-
CPC 10	Pagamento baseado em ações	IFRS 2	Pagamentos baseados em ações
<b>CPC 11</b>	Contratos de seguro	IFRS 4	Contratos de seguro
CPC 12	Ajuste a valor presente	-	-
CPC 13	Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08	-	-
CPC 14	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, mensuração e evidência (revogado pelos CPCs 38, 39 e 40)	-	-
CPC 15	Combinação de Negócios	IFRS 3	Combinação de Negócios
CPC 16	Estoques	IAS 2	Estoques
CPC 17	Contratos de Construção	IAS 11	Contratos de construção
CPC 18	Investimento em coligadas e em controlada	IAS 24	Partes relacionadas
CPC 19	Investimento em investimentos controlados em conjunto "joint ventures"	IAS 28	Sociedades ligadas
		IAS 31	Participações em empreendimentos conjuntos





### Adoção do IFRS no Mundo - Brasil o CPC faz a convergencia

A sigla IFRS em inglês significa International Financial Reporting Standards, que traduzido para a nossa linguagem quer dizer Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade.





## Imunidade e Condições Isenção

- Constitucional (CF Art. 150 vedação) e Tributaria (CTN, atendidos os requisitos);
- Controle correspondente a realidade das Receitas e Despesas (Demonstrações Contábeis);
- **Regularidade Fiscal** em dia (Certidões);
- **Certificações** – As entidades devem atender os critérios das políticas públicas para ter e manter as isenções previdenciárias patronais;
- Simples Social (**projeto em andamento**).
- **IR sobre Aplicação Financeira e Taxas Bancárias.**

## Responsabilidade x Informações

L.R.F. LC 101/00 Art.50 “Além das Normas de Contabilidade, estas”;  
C.C. – P.J. Os administradores e demais membros da OS serão responsáveis pelos atos que praticarem em excesso à competência que lhes foi atribuída ou quando desvirtuarem o fim da constituição.

L.A.I. [LEI 12.527/11](#): Art. 1º (...) I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;  
II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

## Histórico da LAI

Conheça o fluxo de apresentação e tramitação até a sanção da Lei de Acesso à Informação no Brasil.



## NOVAS ORIENTAÇÕES SOBRE AS REGRAS GERENCIAIS

- Gestão Administrativa, Financeira e Contábil, práticas para entidades sem fins lucrativos;
- As Entidades do Terceiro Setor estão inclusas neste contexto de mudança IFRS PME, Limite = SN 3,6mi;
- As IFRS completas são dirigidas basicamente às companhias de capital aberto e às enquadradas pela Lei n.º 11.638/07 — Companhias de grande porte ( Ativo Superior a R\$ 240.000.000,00 ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00) —, além daquelas obrigadas por órgãos reguladores (CVM, BCB, Susep).

## Tecnologia: Teoria x Prática

### As barreiras criadas pela tecnologia

Nos dias atuais é muito comum vermos os jovens e muitas vezes os adultos, “presos” a tecnologia.



## Modernização

No sentido de combater a sonegação, a Receita Federal do Brasil adquiriu o supercomputador **T-Rex (Tiranossauro Rex)** e o **Software Harpia** - Parceria **ITA Unicamp**.

Esse hardware, que processa 2,860 milhões de instruções por segundo, é capaz de **cruzar informações**, com rapidez e precisão, de um número de contribuintes equivalente ao de contribuintes do Brasil, dos EUA e da Alemanha juntos.





## SUS usará supercomputadores para integrar dados de prontuários eletrônicos

Ministério da Saúde já comprou três supercomputadores por R\$ 67 milhões para integrar informações do país. Porém, eles só estarão prontos para uso em março de 2017.

Por Grazielle Frederico, G1 DF  
08/12/2016 11h54 - Atualizado 08/12/2016 11h55



Ministro Ricardo Barros durante anúncio feito nesta quinta-feira sobre uso de supercomputadores no projeto do prontuário eletrônico (Foto: Grazielle Frederico/G1)

## 10º - Cray XC30 (Estados Unidos)

O único novato neste top 10, o Cray XC30 está instalado em uma base não informada de uso reservado ao governo dos Estados Unidos, esta é a razão do porquê ele não possui uma imagem. Dado todo o segredo acerca deste supercomputador, muitos especulam que ele esteja ligado a NSA ou outras agências de defesa do país. Ele possui mais de 225 mil núcleos responsáveis por processar cerca de 3,1 Pflop/s.



## Ranking Mundial de Supercomputadores

- 9° - Vulcan (Estados Unidos)
- 8° - JuQUEEN (Alemanha)
- 7° - Stampede (Estados Unidos)
- 6° - Piz Daint (Suíça)
- 5° - Mira (Estados Unidos)
- 4° - K Computer (Japão)
- 3° - Sequoia (Estados Unidos)
- 2° - Titan (Estados Unidos)



### 1° - Tianhe-2 (China)

Pela terceira vez seguida a liderança da lista fica com o Tianhe-2, com uma capacidade de processamento de 33,86 PFlop/s. O equivalente a mais de 33 quatrilhões de operações de ponto flutuante por segundo. Esta máquina é constituída por 3.120.000 núcleos de processamento e 1.024.000 GB de memória RAM.

## Padronização

- Nas Normas de Contabilidade, abordamos diretamente a objetividade da nossa área de atuação e sendo assim, como todos os contadores do Brasil, nos sentimos lisonjeados a estar dentro dessa importante perspectiva na mudança de cenário das Instituições.
- Essas mudanças trarão mais transparência e consolidarão mecanismos de manutenção do Terceiro Setor (Entidades Sociais) no campo nacional e também internacionalmente.
- Facilitando a compreensão em nível de uma profunda padronização para controle dos benefícios econômicos que tais mecanismos de atuação trarão eficientemente.
- IFRS, IAS, CPC, CFC, CVM, dentro outras.

## REFLEXOS DA NOVA LEI (Atual)

- **Estatuto Social (Associações)**  
Diretoria, Objetivos, Atuação, Associados, Recursos, Constituição e Funcionamento Deliberação, Alterações e Dissolução, Gestão e Aprovação, Remuneração, Bens.
- **Controles Internos;**
- **Plano de Contas (ITG 1000);**
- **Escrituração Contábil;**
- **Demonstrações Contábeis;**
- **Prestações de Contas;**
- **Responsabilidade dos Gestores;**
- **Cruzamento de Informações.**



## DESAFIO x OPORTUNIDADE

Adequar a sua Entidade aos critérios estabelecidos nas Leis 12.101/09, 12.868/13, certificação das entidades beneficentes de assistência social

**\*\* Marco Regulatório ? \*\***



- Decreto 6.308/07, entidades e organizações de assistência social
- Decreto 8.242/14, processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social
- Portarias 1.970/11 (MS), processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde (CEBAS - SAÚDE) e 353/12 (MDS), certificação de entidades beneficentes de assistência social, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para cada área de atuação

## Mudanças – “Se livrar do Antigo”

- Apresentaremos alguns pontos das novas regras e mudanças essenciais para melhor apresentação dos Relatórios da Gestão e das Demonstrações Contábeis, entretanto sabemos da dificuldade e custo para implantação de todas as normativas aqui demonstradas da atuação.
- Mas independentemente do tamanho da entidade, nas transferências públicas, em qualquer dos casos, os controles devem ser completamente pontuados, e nos casos de não

incidência devem conter nos relatórios que tais pontos não incidem e justificar o motivo.





## Simplificação “Necessária”

- É patente que em alguns casos, digo em pequenas instituições esses controles devam ser significativamente reduzidos tanto pela não incidência como pela baixa complexidade de suas atuações.
- Especialmente as que tem faturamentos acima de cento e vinte mil anual e posteriormente aos que tem faturamento superior a três milhões e seiscentos mil reais devem ter controles melhores elaborados.
- Pelas exigências poderão ser solicitadas tantos nas esferas publicas quanto na privada, financiadoras de atividades em alguns casos.

## Pontos de Abordagem Inicial

### Prestação de Contas ao Governo e a Sociedade:

- Plano de trabalho
- Relatório de atividades
- Demonstrações contábeis
- Informações bancárias
- Inventário patrimonial
- Parecer do Conselho Fiscal
- Relatório de Auditoria Independente \*
- Cópia de Convênio, Contrato e Termo de Parceria
- **Normas e Modelos do Concedente.**



## Controle de Organização

- **Relação Custo/Benefício**  
Custo de um controle não deve exceder os benefícios que ele possa proporcionar
- **Definição de Responsabilidades e Autoridade**  
Fixado e limitado de forma precisa – Manual de Procedimentos
- **Segregação de Funções**  
Operação de Centros de Custos e Projetos
- **Acesso aos Ativos**  
Direto e indireto na utilização de Bens
- **Estabelecimento: Comprovações e Provas Independentes**  
Comparar/Conciliação de registros analíticos



## Controle da Gestão Bens e Financeira

- **Controle do Imobilizado / Patrimônio**  
Depreciar, amortizar ou exaurir os bens do ativo imobilizado
- **Controle de Contas a Pagar**  
Dívidas contraídas com fornecedores, obrigações com o Fisco, com prestadores de serviços e outras saídas
- **Controle de Contas a Receber**  
Recursos públicos, doações, convênios, subvenções e vendas
- **Conciliação dos Controles (\* Não manter Tesouraria)**  
Comparativo entre as movimentações e Conciliação Bancárias
- **Controle Orçamentário**  
Estimativas, avaliações, cálculos, previsões, antecipada.

## LEI Nº 12.007 2009

**Emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos (**concessão**) ou privados.**

Obrigadas a emitir e a encaminhar ao consumidor declaração de quitação anual de débitos.

Meses de janeiro a dezembro de cada ano.

- Quitarem todos os débitos no ano em referência.
- Parcial e questionado judicialmente também.
- Mês de maio do ano seguinte ou no mês subsequente à completa quitação do ano anterior.
- Informação: ela substitui a comprovação. **Sanções.**

## Plano de Contas (Nova Estrutura SPED)

- Plano de contas  
Padrão e Estrutura de Contas
- Sintética x Analíticas  
3 Níveis + Notas Explicativas
- Sistema de Informações  
ERP e Informações (Atendimento e Gerenciais)
- Associação e Outras
- Cooperativas e Outras

**Receitas Próprias e Outras**



## Reconhecimento de Transações Econômicas



- Transações envolvendo fundo fixo de caixa ou fundo rotativo de caixa
- Transações envolvendo aplicação de excedente de caixa
- Reconhecimento da receita de prestação de serviço
- Reconhecimento da transação de prestação de serviços
- Identificação dos recebíveis

Data	N.º Doc.	Débito	Crédito	Valor	Histórico
10/3/2013	035	1.1.2.02	1.1.2.04	500,00	Vr cheques a depositar
10/3/2013	035	1.1.2.03	1.1.2.04	300,00	Vr cartão de crédito a receber
10/3/2013	035	1.1.2.20.01	1.1.2.04	200,00	Vr gratuidade a conceder

## Presunção da renúncia fiscal dos tributos indiretos

Corresponde ao valor dos tributos direto e indireto que a entidade sem a finalidade de lucros estaria obrigada a pagar, caso não gozasse do benefício

Data	N.º Doc.	Débito	Crédito	Valor	Histórico
10/3/2013	035	2.1.1.04.04	2.1.1.06.04	500,00	Suspensão exigibilidade ISSQN

Data	N.º Doc.	Débito	Crédito	Valor	Histórico
31/3/2013	120	2.1.1.06.04	5.1.1.03.xx	500,00	Renúncia fiscal ISSQN

	20x1	20x0	Ato Legal
IMPOSTO A			
IMPOSTO B			
IMPOSTO C			
Contribuições			
Taxas			
OUTROS			
SOMA			



## Imobilizado x Depreciação

- Reforça a necessidade de controle do Imobilizado pela Vida Útil
- O bem recebido em comodato passou a alterar a situação patrimonial do comodatário, desde que no contrato apresente três características:
  - a) benefícios;
  - b) riscos e
  - c) controle desses bens



### Modelo de Mapa Analítico de Imobilizado x Depreciação

MAPA ANALÍTICO DE IMOBILIZADO - REF: 2015								
LOCAL: Recepção e Sala de Espera								
Observação: No movimento não há registro de baixas ou transferências de imobilizado, somente adições e saldos iniciais transportados.								
Nº de Ativo	Categoria	Descrição	Estado	Finalidade de Uso	Aquisição	Forma de Cálculo	Meses Fiscal	Valor Estimado
	Móveis	Armário com gavetas e prateleiras, em MDF, branco, 210x210x55	Em uso	Arquivo de Prontuários	Jan./2014			R\$ 5.375,00
	Móveis	Balcão em L, em MDF, branco, 220x160x110x50	Em uso	Atendimento ao Cliente	Jan./2014			R\$ 2.054,00
	Equipamento	Bebedouro Elétrico, de parede, marca Soft Plus	Em uso	Atendimento ao Cliente	Jan./2014			R\$ 1.050,00
	Equipamento	Telefone s/fio Intelbrás TS 3110 - 2 Unidades	Em uso	Atendimento ao Cliente	Jan./2014			R\$ 380,00
	Equipamento	PC completo - CPU Itautec W7 i3; Memória 2GHZ; Monitor AOC 14"	Em uso	Atendimento ao Cliente	Jan./2014			R\$ 1.880,00
	Utensílio	Sineta de mesa de Secretária - inox - manual	Em uso	Atendimento ao Cliente	mai/14			R\$ 35,00

**Depreciação Econômica**, cada empresa pode estabelecer a vida útil econômica de seus imobilizados, a seu critério, suportado e aprovado em ata e registrada em órgão competente.

Por via de Laudo Técnico externo. Por via de Laudo Técnico Interno (ABNT). Por via de identificação própria. (livre arbítrio, "achologia", etc). Desta maneira, temos:

**Depreciação Econômica** = De acordo com os critérios adotados pela empresa.

**Depreciação Fiscal** = De acordo com Receita Federal

- Na contabilidade é obrigatória a Depreciação Econômica

- No Lucro Real é obrigatório o reconhecimento pela Depreciação Fiscal (RFB)

## **IMPAIRMENT (obrigatório)**

- Aplica-se aos ativos não monetários a Seção 27 da NBC TG 1000, que trata da redução ao valor recuperável de ativos e a NBC TG 01, quando aplicável
- Oportunidade de efetuar o AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial
- A realização desse ajuste deverá ser efetivada quando for comprovada “discrepância relevante de valor” entre o preço de mercado e o valor contábil.

## **Benefícios do trabalho voluntário**

- Identificação do trabalho voluntário
- Mensuração do trabalho voluntário
- Reconhecimento do trabalho voluntário
- O trabalho voluntário, **inclusive membros integrantes dos órgãos da administração**, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.



Função	Tempo dispendido	Preço unitário	Preço total
Diretor Estatutário	20	300,00	6.000,00
Professor	20	200,00	4.000,00
Motorista	60	50,00	3.000,00
Contador	10	300,00	3.000,00

## O valor do serviço voluntário deve basear nos valores dos salários de mercado.

**D - Trabalho Voluntário**  
- Custos e despesas operacionais

**C - Trabalho Voluntário**  
- Receitas operacionais com restrição

Contabilização de Estágio não remunerado e de trabalhos pontuais, proporcionais (eventos), diretorias, coordenações, etc.

O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

- As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.



## Doações e subvenções recebidas



- Subvenção governamental em ativo monetário para manutenção de parque público
- Subvenção governamental em ativo não monetário
- Os benefícios concedidos pela entidade sem finalidade de lucros a título de gratuidade devem ser reconhecidos de forma segregada, destacando-se aqueles que devem ser utilizados em prestações de contas nos órgãos governamentais.
- Aplicada por meio de Prestação de Serviço: pelo valor efetivamente praticado

## VEDAÇÕES EXPRESSAS

- A Entidade jamais poderá considerar como gratuidade ou doação a diferença entre o valor praticado com o valor contratuais.

Vedada COMPENSAÇÃO de Ativo x Passivo, Etc.

Observação: Casos Específicos.

### Exemplo Saúde x UNIMED:

Venda de Serviços .....	10.000,00
Dedução (Renuncia Receita)..	8.000,00
Receita Líquida .....	2.000,00

**Concessão de gratuidade  
na renúncia de receita**



## Instrução Normativa nº 1.595/2015

**Obrigadas a Entregar o SPED Contábil e ECF** (art. 3o-A da **Instrução Normativa RFB no 1.420/2015**) estão obrigadas a adotar em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2016:

I - as pessoas jurídicas imunes e isentas obrigadas a manter escrituração contábil no **ano-calendário, ou proporcional ao período** a que se refere:

- a) apurarem Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins, Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita de que tratam os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e a **Contribuição incidente sobre a Folha de Salários**, cuja soma seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais); ou
- b) auferirem receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados, cuja soma seja **superior a R\$ 1.200.000,00** (um milhão e duzentos mil reais).

## Novas Contas



- ***Ajustes de Avaliação Patrimonial***
- ***Reserva de Incentivos Fiscais***
- a) Ajuste para diminuir ou aumentar os valores contábeis dos elementos do “Ativo”;
- b) Ajuste para aumentar ou diminuir os valores contábeis dos elementos do “Passivo”.

## ***INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO/DESMEMBRAMENTO***

- Os ativos e passivos da sociedade a ser incorporada ou decorrente de fusão ou cisão deverão ser contabilizados pelo seu VALOR DE MERCADO, somente quando a operação for:
  - – Realizada entre partes independentes;
  - – Vinculada à efetiva transferência de controle.
- Os AAP contida no PL, serão registrados contabilmente enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos e diminuições (em decorrência da sua avaliação a preço de mercado).
- Veremos exceções estabelecidas pelo ICPC 10.
- Nestas situações é obrigatório a elaboração de um Laudo de Avaliação realizados por peritos.(Lei 11.638/07)

## Ativo Intangível

- Esta Norma, determina que a **contabilização de um ativo intangível é baseada em sua vida útil** para fins da emissão de relatórios da entidade.

Um ativo intangível com vida útil finita é amortizado e um ativo intangível com vida útil indefinida não é amortizado.



## Muito Importante: N.E. Contábeis

### Notas Explicativas

---

As Notas Explicativas são informações complementares às demonstrações e visam fornecer informações necessárias para esclarecimento da situação patrimonial, de determinada conta, saldo ou transação, ou para menção de fatos que podem alterar futuramente a situação patrimonial da empresa.

Estas informações são úteis não somente aos gestores, como também aos sócios na tomada de decisão e ao fisco que ao se deparar com variações patrimoniais poderá recorrer a estas.

## ITG 2002 R1 - Divulgação

**As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações:**

- contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais;
- os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;
- relação dos tributos objeto de renúncia fiscal; (Alterada pela ITG 2002 (R1))
- as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
- os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos;
- os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;
- eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
- as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo;
- informações sobre os seguros contratados;
- a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
- os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil;
- segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade;
- todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos;
- a entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados.

 <b>SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA - HOSPITAL ALBERT EINSTEIN</b> CNPJ 00.765.823/0001-00 <b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO</b>	
<p>O ano foi marcado pela continuidade da expansão das atividades hospitalares e ambulatoriais da Sociedade, resultado dos investimentos de R\$ 505,8 milhões realizados nos últimos 5 anos, bem como pelo acelerado crescimento das atividades de Ensino e Pesquisas, pelo aumento das atividades relacionadas com as Parcerias Públicas e pelas ganhos na gestão da qualidade, segurança e proteção do meio ambiente. Algumas conquistas merecem destaque especial: a criação da Diretoria de Inovação e Gestão do Conhecimento, da Diretoria de Auditoria e Compliance e do Escritório de experiência do Paciente, refletindo a importância atribuída a estas áreas, a submissão ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) do pedido de aprovação do curso de Medicina e a abertura da Unidade de Ensino Faria Lima e ampliação da Faculdade em São Paulo; a celebração de um convênio para a reforma e operação do Hospital Municipal Santa Marina, cerca de 260 leitos, a inauguração da primeira Unidade de Pronto Atendimento do Município de São Paulo, sob a gestão da Sociedade; a transferência do Centro Administrativo para um edifício na avenida Faria Lima, abrindo espaço para ampliação de leitos e do Banco de Sangue na Unidade Montemor; a primeira certificação da American Society for Histocompatibility and Immunogenetics (ASHI) e do Banco de Sangue pelo Foundation for the Accreditation of Cellular Therapy, e redesignação do Planetree e acreditação em nível de excelência do Hospital Municipal Dr. Moyses Deutsch pela Organização Nacional de Acreditação (ONA); o reconhecimento do Programa Einstein na Comunidade de Paratopólis pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2014, o primeiro Hospitalum Causa Amici da Federação Brasileira de Administrações Hospitalares, a escolha pela sexta vez consecutiva como melhor hospital da América Latina pela revista AméricaEconomia e o lançamento do Programa Porto Adequado com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o <i>Institute for Healthcare Improvement (IHI)</i> com o objetivo de reduzir as altas taxas de cesáreas.</p> <p><b>QUALIDADE, SEGURANÇA E MEIO-AMBIENTE</b></p> <p>A Sociedade continuou desenvolvendo várias iniciativas voltadas à melhoria da qualidade, segurança, redução de desperdícios e eficiência de processos. A Exposição de Qualidade, que reflete esse trabalho, contou com a participação de 426 projetos, sendo oito premiadas 26 equipes de trabalho. Foram concluídos 16 projetos Lean Six Sigma, destacando-se melhorias na redução do tempo do processo de cortes a laser, padronização de materiais em cirurgias ortopédicas de média e alta complexidade, diminuição do tempo de permanência de pacientes na Clínica Médica Crônica, redução da rotação de agentes antineoplásicos para o meio ambiente e diminuição do prazo para prestação de contas aos termos de referência com o PMS.</p> <p>O Índice de Segurança do Paciente finalizou o ano com atingimento das metas, destacando-se a redução de 15% dos eventos adversos catastróficos, uma diminuição de 61% comparado a 2009, ano em que se iniciou a coleta desse indicador. Esse resultado foi alcançado por meio de um trabalho alinhado com as equipes multiprofissionais e o Corpo Clínico, na melhoria de processos diagnósticos, cirúrgicos e assistenciais. A evolução da cultura de segurança observou-se a capacitação na identificação de incidentes com potencial de dano grave, contribuindo para a implantação de ações preventivas. Os índices, bem como os casos que contém lições importantes aprendidas, são apresentados mensalmente nos Comitês de Segurança do Paciente. Os indicadores de segurança são divulgados regularmente no site da Sociedade <a href="http://www.einstein.br/qualidade-seguranca-do-paciente/">www.einstein.br/qualidade-seguranca-do-paciente/</a>.</p> <p>Foi desenvolvido um programa voltado para os acidentes biológicos, que resultou em redução de 19% sobre o ano anterior.</p> <p>A taxa de frequência de acidentes com perda de tempo, medida em número de acidentes por milhão de horas trabalhadas, foi de 5,7, menor que a meta estabelecida, o que justifica a contratação de uma consultoria externa com o objetivo de fazer a abordagem adequada e</p>	<p>buscar uma redução desse índice.</p> <p>As áreas de Segurança do Paciente, Segurança do Colaborador e Meio Ambiente continuaram recebendo prioridade no planejamento e execução das ações operacionais, bem como na alocação de recursos.</p> <p>Os projetos de meio ambiente tiveram importante avanço na gestão de Irradiação. Através de campanhas de conscientização e de ações desconcentradas de um Projeto Lean Six Sigma, tivemos uma redução de 16,2% no consumo de água. O consumo de energia foi de 0,0045 megawatts-horapassagem equivalente, o que significa uma redução de 13,8% em relação ao ano anterior. A troca de aparelhos de ar condicionado por modelo mais eficiente (HFC-134a), gerou uma redução de 72,2% no consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio. Além disso, ocorreu-se na implantação de uma forma mais estruturada da gestão da sustentabilidade, com melhoria de 12% na adesão aos princípios do Pacto Global.</p> <p><b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b></p> <p>Através das atividades de prestação de serviços de assistência à saúde, de responsabilidade social e ensino e pesquisa, a Sociedade exerce um papel importante em relação à diversos setores e comunidades – são mais de 220 mil usuários ativos cadastrados assistidos de forma privada ou pelo sistema suplementar de saúde e cerca de 1 milhão de beneficiários pelo Sistema Único de Saúde (SUS) – atendidos por mais de 12 mil colaboradores e mais de 7 mil médicos oncológicos. Mais de três milhões e quinhentos mil atendimentos foram realizados através de projetos administrados pelo Instituto Israelita de Responsabilidade Social.</p> <p><b>Responsabilidade Social</b></p> <p> Ao longo do ano a Sociedade desenvolveu 35 projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI-SUS), nos quais foram aplicados R\$ 220,8 milhões, destacando-se entre eles o Programa de Transparência, as atividades na Comunidade de Paratopólis, a participação no Banco Público de Sangue de Coração Unificado (Brasilcore), a realização de exames laboratoriais para a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, atividades de capacitação e outros acordados com o Ministério da Saúde.</p> <p>A Sociedade, em associação com o CEJAM - Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim", administra o Hospital Municipal Dr. Moyses Deutsch - MDSM, que em 2014 prestou cerca de 172 mil atendimentos no Pronto Socorro e realizou cerca de 16 mil internações, 1 mil partos e 5 mil intervenções cirúrgicas.</p> <p>A Sociedade gerencia também para a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo 13 Unidades Básicas de Saúde, composta por 82 equipes assistenciais, 25 de Saúde Bucal e 6 Núcleos de Apoio à Saúde da Família, todas da Estratégia Saúde da Família, que realizaram cerca de 2 milhões de atendimentos, e 3 unidades de Assistência Médica Ambulatorial, que realizaram cerca de 900 mil atendimentos, 1 Unidade de Pronto Atendimento que realizou cerca de 400 mil atendimentos e 3 Centros de Atenção Psicossociais que realizaram cerca de 16 mil atendimentos.</p> <p>A Sociedade administrou recursos do Secretário Municipal de Saúde de São Paulo no valor de R\$ 272 milhões na execução destes serviços.</p> <p>A Sociedade mantém um programa na Comunidade de Paratopólis que realizou cerca de 324 mil atendimentos, sendo 150 mil referentes ao atendimento ambulatorial e 174 mil às atividades socio-educativas.</p> <p><b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b></p> <p><b>Hospital</b></p> <p>O número de pacientes-dia pagantes foi de 184,8 mil, um crescimento de 0,3% sobre o ano anterior, e o de salas pagantes 50,3 mil, um crescimento de 4,1%, sobre o ano anterior. O número de leitos operacionais cresceu para 662, um aumento de 0,9% sobre o ano anterior. A taxa de ocupação média foi de 84,6%, uma queda de 0,2 ponto percentual em relação ao ano anterior.</p> <p><b>Médicas Diagnósticas</b></p> <p>O número de exames de diagnóstico foi de 8,6 milhões, um crescimento de</p>

BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de reais			
	2014	2013	
<b>Ativo</b>			<b>Passivo e patrimônio líquido</b>
Circulante			2014
Caixa e equivalentes de caixa	8.066	5.068	60.300
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 10)	481.074	387.827	144.470
Contas a receber de clientes (Nota 4)	56.933	43.374	164.669
Estoque (Nota 7)	9.409	7.056	3.768
Adiantamentos a empregados	22.046	17.245	10.289
Outros ativos	1.244	1.022	3.446
	578.772	463.592	3.300
Não circulante			3.300
Realizável a longo prazo			309.281
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 10)	8.400	8.461	371.842
Contas a receber de clientes (Nota 4)	2.954	2.258	10.257
Depósitos judiciais (Nota 14)	55.881	60.515	10.257
Imovéis disponíveis para venda	5.400	5.400	14
Outros ativos	3.862	5.812	1.568
	77.597	79.436	203.877
Intangível (Nota 8)	1.348.426	1.283.727	309.281
Imobilizado (Nota 9)	113.196	115.670	1.073.471
	1.461.622	1.400.403	1.073.471
Total do ativo	2.040.394	1.863.995	2.040.394
			<b>Patrimônio líquido</b>
			2014
			2013
			1.812.600
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652
			1.803.652
			184.910
			1.627.690
			179.519
			175.962
			1.803.652



**2. ESTOQUES:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel e, em casos, compreendem os materiais de utilização na operação da Sociedade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo, etc.). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para vender a venda e a provisão para estoques obsoletos (impairment) que possuem vida monetária (180 dias livre giro). **2.7. Outros ativos circulante e não circulante (passíveis a longo prazo):** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quanto aplicável, os rendimentos e as vantagens monetárias autuadas. **2.8. Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Sociedade questiona a legitimidade de determinadas passivas ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por decisão da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais estão apresentados no realizável a longo prazo, e atendem a definição de ativo financeiro (direito contratual de receber caixa), são classificados na categoria de empréstimos e recebíveis e mensurados pelo custo amortizado, isto é, atualizados monetariamente pela taxa básica de juros (SELIC) e índice de correção da poupança. A atualização monetária é reconhecida de acordo com sua natureza e apresentada no grupo de receitas ou despesas financeiras. **2.9. Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu objetivo for recuperá-los, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda. A Sociedade eventualmente recebe propostas de imóveis com características residenciais, as quais depois de constatada a transação legal e física do bem, são prontamente disponibilizadas para venda, e quando vendidas, os respectivos recursos são aplicados integralmente na manutenção dos objetivos da Sociedade, uma vez que imóveis com a localização e características buscam atender às taxas de juros do mercado de renda fixa nacional, naturalmente a taxa de juros do CDI. Os investimentos mantidos nessa função são registrados pelo valor de realização e, em sua maioria, não possuem vencimentos predefinidos, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Sociedade. **2.10. Ativos Intangíveis - Software:** As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir software e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de três a nove anos. Os custos associados à manutenção de software são reconhecidos como despesas, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Sociedade, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos indiretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em períodos subsequentes. Os custos de desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a nove anos. **Revelação de vida útil - Software:** Em conformidade com o CPC 10, a Sociedade realizou durante o exercício de 2014 avaliações de vida útil aplicada em seus ativos intangíveis, cujos efeitos da nova vida útil estimada em anos passa a ser

**3. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS:** O reconhecimento dessas receitas e despesas efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Sociedade, visando as metas estabelecidas pela administração, estando apresentado nas Demonstrações Financeiras consolidadas e desagregadas sociais. **2.16. Outros passivos circulante e não circulante:** Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou circuláveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes análogos e das variações monetárias incorridos. **2.17. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem simultaneamente uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, e provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.18. Patrimônio líquido:** A Sociedade aplica integralmente na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos, conforme divulgado na Nota 15 e apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. **2.19. Aplicação do superávit do exercício:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida de abatimentos e descontos. A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, conforme descrito a seguir. A Sociedade baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviços. **(a) Prestação de serviços - atividade hospitalar de medicina diagnóstica e de ensino:** A receita pela prestação de serviços é reconhecida tanto como base a execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, complementando parcelas já faturadas e outras a tutelar pelos serviços prestados. **(b) Outras receitas operacionais:** Outras receitas são substancialmente provenientes de estacionamento, aluguel e doações. As outras receitas operacionais são reconhecidas no período da efetivação das operações no período em que os serviços são prestados. **(c) Receitas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa

Em 31 de dezembro de 2014 (1)	Menos Entre um ano e dois		Entre dois e cinco		Acima de cinco	
	Em 31 de dezembro de 2013 (1)	Em 31 de dezembro de 2012 (1)	Em 31 de dezembro de 2013 (1)	Em 31 de dezembro de 2012 (1)	Em 31 de dezembro de 2013 (1)	Em 31 de dezembro de 2012 (1)
Financiamentos (Nota 10)	69.320	83.773	111.346	176.723	-	-
Fornecedores e outros obrigações (1)	151.538	1.001	567	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013 (1)	69.320	83.773	111.346	176.723	-	-
Fornecedores e outras obrigações (1)	118.392	500	434	-	-	-

**4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA**

	Emprestimos e recebíveis por meio do resultado até o vencimento	Ativos mantidos	Total
31 de dezembro de 2014			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Depósitos judiciais	55.681	-	55.681
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	505.062	-	505.062
Recursos pagamentos antecipados (1)	8.207	659.495	659.495
Ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado	8.207	659.495	659.495
Caixa e equivalentes de caixa	659.495	9.838	669.333
	<b>636.652</b>	<b>669.333</b>	<b>1.305.985</b>

	Ativos mantidos	Total
31 de dezembro de 2014		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Depósitos judiciais	55.681	55.681
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	505.062	505.062
Recursos pagamentos antecipados (1)	8.207	659.495
Ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado	8.207	659.495
Caixa e equivalentes de caixa	659.495	669.333
	<b>636.652</b>	<b>1.305.985</b>

(1) Os pagamentos antecipados estão excluídos do saldo "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

**Outros passivos financeiros**

	Total
31 de dezembro de 2014	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	441.162
Financiamentos	441.162
Fornecedores e outras obrigações	153.106
Fornecedores e outras obrigações legais (1)	153.106
	<b>441.162</b>

(1) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de

forneceções, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

**5. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**

	2014	2013
Fundo de investimento - renda fixa	9.750	12.750
Fundo de investimento - exclusivos	660.510	433.928
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	669.140	433.928
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	669.140	433.928
Não circulante	(9.609)	(9.581)
	<b>659.531</b>	<b>424.347</b>

**SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA - HOSPITAL ALBERT EINSTEIN**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As aplicações financeiras são objeto mantidas, substancialmente, em fundos de investimento exclusivos, que possuem liquidez e cujas rentabilidades buscam atender às taxas de juros do mercado de renda fixa nacional, naturalmente a taxa de juros do CDI. Os investimentos mantidos nessa função são registrados pelo valor de realização e, em sua maioria, não possuem vencimentos predefinidos, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Sociedade.

**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	2014	2013
Compras e seguradoras	380.050	314.848
Particulares	120.702	98.708
Instituto de ensino e pesquisa	6.616	5.930
Contas a receber laboratoriais	183.230	115.224
Receita a receber	690.598	535.710
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.200)	(20.237)
Não circulante	666.398	515.473

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Sociedade são mantidas em uma única categoria de ativos, sendo a análise de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de conta a receber mencionada acima. A Sociedade não mantém nenhum título como garantia. Os vencimentos das contas a receber laboratoriais, tem a seguinte composição:

	2014	2013
Vencidos	54.666	20.687
Até 30 dias	7.281	4.036
De 31 a 60 dias	4.302	7.023
De 61 a 90 dias	21.257	13.301
De 91 a 180 dias	23.673	15.860
Acima de 180 dias	117.590	54.865
A vencer	612.902	520.824
	<b>669.298</b>	<b>541.687</b>

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment), das contas a receber de clientes e a seguir:

	2014	2013
Total	(24.200)	(20.237)
Em 31 de dezembro de 2013	(20.237)	(17.718)
Saldo Inicial	(17.718)	(15.384)
Complemento	(2.519)	(2.334)
Devolução duvidosa	(22.260)	(15.050)
Em 31 de dezembro de 2014	(24.200)	(20.237)

**7. ESTOQUES**

	2014	2013
Materiais e materiais	87.814	87.782

**13. ADIANTAMENTOS - RECEITAS A APROPRIAR**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
31 de dezembro de 2013			
Contrato de exclusividade	3.000	9.750	12.750
Contrato de exclusividade Einstein	446	445	891
	<b>3.446</b>	<b>10.195</b>	<b>13.641</b>

**13.1. Contrato de exclusividade:** Em 11 de março de 2014, a Sociedade assinou contrato de exclusividade com o escritório de investigação financeira, mediante o pagamento de taxa de assinatura dos seus funcionários, com prazo de duração de cinco anos contado a partir do primeiro dia do mês de março de 2014. Para contrato de exclusividade, a Sociedade recebeu R\$ 18.200, equivalentes a 10.211 empregados, quando da apresentação da proposta comercial para contratação financeira. Adicionalmente, o prêmio por empregado será mantido pelos cinco anos de vigência do contrato, acrescentando o plano de pagamento da Sociedade, com pagamentos proporcionais ao seu prazo remanescente, sobre o crescimento líquido de base. O montante líquido da contratação financeira não sendo apropriado ao resultado mensalmente, durante o prazo de vigência do contrato. A taxa de apropriação ao resultado líquido é de R\$ 3,31 em dezembro de 2014 de R\$ 2.350. O contrato prevê que há hipótese de ocorrer o resgate do contrato antes do término de seu prazo de vigência, a Sociedade obriga o cliente a pagar o valor pago antecipadamente, proporcionalmente ao período restante para o cumprimento do contrato, baseado na atualização monetária de acordo com o IGP-M, June de 14, ao mês mais multa de 10%, sobre o montante pago. **13.2. Oação de terreno:** A Sociedade recebeu no dia 04 de maio de 2014, o título de oação, terreno situado na Avenida Paulo de Castro, 1.000, em São Carlos, com condições que impõe a construção dentro de um prazo de 6 anos, a partir da data do oação, de uma Faculdade de Medicina no terreno, e a título de forma permanente ao campus o nome do doador. Em conformidade com o CPC 17, o valor justo atribuído foi R\$ 3.306.

**14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:** (a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Sociedade apresenta os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relativos a contingências:

	Depósitos	Passivo
	2014	2013
Contingências tributárias	54.054	49.443
Contingências trabalhistas	792	828
Contingências cíveis	629	1.626
	<b>55.475</b>	<b>51.897</b>

(b) A movimentação da provisão está detalhada a seguir:

	2014	2013
Saldo em 31 de dezembro de 2012	51.897	47.920
Adições, atualizações monetárias e alterações das contingências a novas causas	3.578	3.977
Reduções, por pagamentos de acordos e negociações de causas trabalhistas	(9.265)	(9.561)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<b>46.210</b>	<b>42.336</b>

A Sociedade a partir apresenta em processo administrativo, cíveis, trabalhistas e cíveis essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Os depósitos judiciais são, principalmente, decorrentes da manutenção de segurança sobre importações. As provisões para as eventuais causas decorrentes desses processos são admitidas e atualizadas pela administração, com base em procedimentos legais aplicáveis.

(c) A natureza das obrigações pode ser resumizada como segue: (i) "tributária - relativas às demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legitimidade ou a constituição/validade de alguns impostos, taxas e contribuições; (ii) Contingências trabalhistas e previdenciárias - demandas, principalmente, decorrentes de processos de indenização por danos morais; (iii) Cíveis - são as principais ações são relacionadas por não realização do dever de indenizar. Para garantir

2014		2013	
	Custo	Líquido	Líquido
<b>Ativo</b>	<b>2.278</b>	<b>2.113</b>	<b>2.113</b>
Adiantamento para aquisição de estoques	11.840	3.507	3.507
Provisão para perdas	(520)	(220)	(220)
Outros	15.868	10.826	10.826
O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídas em "Despesas operacionais", medicamentos, descartáveis, materiais e outros" (item 20.1) do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, totaliza R\$ 486.120 (2013 - R\$ 423.068).			
<b>8. INTANGÍVEL</b>			
(a) Composição			
	2014	2013	
	Custo	Amortizado	Líquido
Intangível em andamento	154.961	(99.764)	55.197
(software em desenvolvimento)			
Intangível em desenvolvimento	57.389	(57.389)	25.140
(software em desenvolvimento)			
217.950	(157.153)	111.184	73.270
A Sociedade vem registrando no balanço patrimonial o desenvolvimento de tecnologia da informação (software) sendo amortizada pelo prazo máximo de nove anos.			
(b) Movimentação:	2014	2013	
Saldo no início do exercício	71.531	(62.001)	
Adições	24.580	30.134	
Intangível em andamento			
(software em desenvolvimento) (*)	22.859	(22.859)	
201.419	(142.040)	111.184	73.270
Amortizações	(175.823)	(250.550)	
Saldo no final do exercício	111.184	(71.531)	25.140
(*) A Sociedade iniciou em 2014 o desenvolvimento e implantação de um novo sistema para gestão hospitalar com o objetivo de aprimorar e atender as necessidades das áreas operacionais. A implantação da primeira fase está prevista para 2016 e é concluída para 2018. Substancialmente, os gastos são de mão de obra e consultoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade procedeu à avaliação da vida útil de bens dos ativos intangíveis, com data-base em 1º de janeiro de 2014. Como resultado de tal avaliação, foram ajustadas as taxas de vida útil de determinados bens ao longo do exercício de 2014. O impacto decorrente da revisão da vida útil dos ativos intangíveis representa uma redução de despesas de depreciação no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$ 7.152.			
<b>9. IMOBILIZADO</b>			
(a) Composição			
	2014	2013	
	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	62.592	(62.592)	69.620
Equipamentos médicos	297.412	(256.463)	140.949
Equipamentos de processamento de dados	95.486	(72.091)	23.395
Veículos	909	(611)	298
Máquinas, móveis, utensílios e instalações	426.805	(190.473)	246.330
Instrumentais e aparelhamentos	25.452	(20.693)	4.759
Edificações			
Hospital - Bloco A	204.909	(81.808)	123.071
Hospital - Bloco AT	240.275	(25.126)	215.149
Hospital - Bloco B e C	18.896	(18.896)	
Hospital - Bloco D	135.584	(59.348)	76.218
Hospital - Bloco E	109.477	(8.961)	100.496
Novo edifício	25.302	(1.940)	23.342
Unidade Avançada - Através	29.396	(1.356)	28.040
Unidade Avançada - Itapiranga	18.104	(4.030)	14.074
Unidade Avançada - Jaraguá	14.622	(8.820)	5.802
Unidade Avançada - Pinheiros	61.330	(4.802)	56.727

**SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA - HOSPITAL ALBERT EINSTEIN**  
CNPJ 60.765.823/0001-30

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

20. DESPESAS GERAIS

	2014	2013
Aluguel e condomínios	25.265	20.129
Impostos	20.743	24.201
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	23.120	22.019
Propaganda e publicidade	49.998	61.187
Outras despesas	66.723	56.042
<b>177.879</b>	<b>188.660</b>	

21. RESULTADO FINANCEIRO

	2014	2013
Receitas financeiras	44.606	31.483
Reversão de IRPJ sobre aplicações financeiras	-	47.600
Variações monetárias, líquidas	5.161	15.629
Juros ativos e descontos obtidos	1.988	1.562
<b>51.755</b>	<b>96.274</b>	

Despesas financeiras

	2014	2013
Juros passivos e descontos concedidos	(18.967)	(21.965)
Tarifes bancárias e outras despesas	(5.471)	(3.937)
Variações cambiais, líquidas	206	(241)
<b>(23.232)</b>	<b>(25.943)</b>	

22. RECEITAS E DESPESAS RESTRITAS: A interpretação técnica ITG 2002 "Entidade sem Finalidade de Lucro" estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação e de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucro. Em decorrência da adoção da ITG 2002, o trabalho voluntário é reconhecido pelo valor pago da prestação de serviço, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, e está segregado pelas seguintes atividades:

	2014	2013
Administrativa	1.732	1.732
Atendimento e acolhimento	2.506	2.343
Educação e entretenimento	1.645	1.869
Assistência social	291	220
Saúde	-	53
<b>6.174</b>	<b>6.177</b>	

23. ATIVOS TRIBUTÁRIOS: A Sociedade é uma instituição privada de assistência social, garantindo imunidade tributária nos termos dos artigos 150 e 156 da Constituição Federal, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal, estadual e municipal, possuindo o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), datado de 5 de fevereiro de 2003, com base no artigo 27 da Medida Provisória nº 448 de 7 de novembro de 2008, com prazo de validade de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2009. Para os triênios subsequentes, a Sociedade solicitou as renovações dos certificados em 22 de dezembro de 2009 e 28 de junho de 2012. Considerando o exposto, a Sociedade é isenta ao reconhecimento de imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.539 de 1997. Com relação aos demais tributos, destaca-se o seguinte: (a) Imposto de Renda Físico na Fonte (IRRF) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), incidentes sobre rendimentos e aplicações financeiras, financiamentos e apólices de seguros - Como previsto na legislação fiscal vigente, a Sociedade tem enviado regularmente às instituições financeiras (IOF), incidentes sobre rendimentos e aplicações financeiras, por esse motivo, não está sujeita à incidência do IRRF e do IOF sobre as referidas operações financeiras. Adicionalmente, a Sociedade obtém o

reconhecimento da imunidade do imposto de renda devido na fonte sobre os rendimentos auferidos com as aplicações financeiras em que foi beneficiária linear e confirmada em sentença de procedência e manutenção de sentença com trânsito em julgado. Quanto ao IOF, a Sociedade ingressou com o Mandado de Segurança com objetivo de não reconhecer o imposto sobre apólices de seguros, desde processo foi aberta liminar e a renúncia confirmada por sentença de procedência e manutenção de sentença. (b) Programa de Integração Social (PIS): A Sociedade possui ação ordinária, distribuída em 29 de abril de 2014, contra União Federal, pelo direito à integralidade da contribuição PIS/COFINS sobre a folha de salários em razão da sua imunidade tributária. A liminar foi concedida e, portanto, a Sociedade está desobrigada do reconhecimento do PIS, (c) Contrato para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): A Medida Provisória nº 2.158-26, em seu artigo 14, dispõe que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de assistência social a que se refere o artigo 17 da Lei nº 9.522 de 1997. Administração da Sociedade, suportada por seus consultores jurídicos, entende que todas as suas receitas, incluindo as outras receitas operacionais e as receitas financeiras, decorrem de sua atividade operacional e, portanto, não estão sujeitas à referida contribuição. (d) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN): A Sociedade obtém de Prefeitura do Município de São Paulo, o reconhecimento da imunidade tributária para 2002 e 2003, com fundamento no disposto no artigo 15º da Constituição Federal. A exemplo de anos anteriores, a Sociedade requisiou o agente o reconhecimento da imunidade tributária, a ser emitido pela autoridade fiscal municipal para os exercícios de 2004 a 2012. Independentemente de estar aguardando o reconhecimento da imunidade tributária para os anos de 2004 a 2011 a Sociedade assinou ação declaratória cujo objeto é o reconhecimento da imunidade do ISSQN amplo, sem as restrições impostas pelo Ato Declaratório de Imunidade. A sentença foi favorável à Sociedade e em 2011 o Tribunal de Justiça ratificou esse entendimento por decisão unânime. (e) Contribuição Patronal ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS): A Lei nº 12.101 de 2009, que substituiu o artigo 55 da Lei nº 8.212 de 1991, considera estar sob o pagamento de cota patronal do INSS a entidade beneficente de assistência social, que atenda certos requisitos. A administração entende que a Sociedade se enquadra como entidade beneficente de assistência social e, por consequência, não está sujeita ao reconhecimento das contribuições sociais previstas nos artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212 de 1991. Em 2006, a Sociedade teve cancelado o reconhecimento de isenção por parte do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) (Ato Cancelatório de Isenção de Contribuições Sociais nº 05/2006), tendo apresentado impugnação e referida decisão na esfera administrativa, ainda pendente de apreciação final pelas autoridades fiscais. A Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos, que estão acompanhando esta ação judicial, entendem que é provável a chance de não restar nenhuma demanda e a consequente manutenção da isenção das contribuições sociais e, por esse motivo, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras. A Nota 14(b) descreve os autos de infração referentes à sua desqualificação como entidade beneficente. Em fevereiro de 2009 foi renovado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEIAS), concedido nos termos do artigo 27 da Medida Provisória (MP) nº 446/2003, que assegura a Sociedade a isenção das contribuições sociais para o triênio de 2009 a 2011, no entanto, a referida MP não foi convertida em Lei no prazo legal e o Poder Legislativo não aprovou os projetos de Decreto Legislativo que regulam os efeitos jurídicos decorrentes dos atos praticados durante sua vigência. Também, contra os efeitos da referida MP há ação civil pública em andamento, a pedido do Ministério Público Federal, administrada pela Sociedade, com o objetivo de anulação do ato judicial acerca de MP não identificando riscos à sua condição de imunidade tributária. (f) Projeto do Programa de Apoio ao Desenvolvimento

seguro de responsabilidade civil com cobertura considerada suficiente pela administração para os processos julgados como de perda provável. (g) Perdas passivas e mínimas, não são provisionadas no balanço. A Sociedade responde a outros processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, fiscal e cível e embasada no entendimento de seus consultores jurídicos, a administração não tem expectativa de perdas significativas no exercício dos casos, classificadas como passivas, as quais totalizam R\$ 42.327 (2013 - R\$ 55.572). Consequentemente, não constitui provisão para fazer face a eventual pagamento decorrente de decisão desfavorável nestas questões. Adicionalmente, a Sociedade recebeu nos exercícios de 2006, 2008, 2010, 2011 e 2014, autos de infração referentes à sua desqualificação como entidade beneficente, exigindo o pagamento das contribuições sociais devidas ao INSS referentes aos fatos geradores de 2003 a 2007, 2009 e 2010, respectivamente, no valor total de R\$11.075.061, atualizado até 31 de dezembro de 2014 (2013 - R\$ 98.917). Os autos gerados que compreendem 1996 a 1998, não estão contemplados nos respectivos montantes em razão da decadência já reconhecida administrativamente nos termos da Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal (STF). O risco de perda da imunidade foi reputado como remoto pela Administração, apoiada com parecer de seu assessor jurídico, não sendo, assim, requerida a constituição de provisão correspondente à essa contingência.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Conforme a legislação aplicável, a Sociedade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de seus resultados. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

16. RECEITAS LÍQUIDAS DA ATIVIDADE HOSPITALAR E DE MEDICINA DIAGNÓSTICA

	2014	2013
Pacientes e convênios	1.941.357	1.703.778
Deduções da receita		
Redução à pacotes e convênios	(8.265)	(8.267)
Descontos concedidos	(10.840)	(7.189)
<b>1.922.252</b>	<b>1.688.322</b>	

17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Estacionamento	19.773	16.220
Aluguel	19.134	16.613
Doações	10.599	11.420
Contrato de exclusividade	2.560	5.043
Outras	12.400	12.982
<b>64.466</b>	<b>62.278</b>	

18. DESPESAS COM MEDICAMENTOS, DESCARTÁVEIS, MATERIAIS E OUTROS

	2014	2013
Materiais e medicamentos reembolsáveis	290.220	250.399
Materiais e medicamentos não reembolsáveis	129.928	116.969
Gasotermia	1.915	1.808
Materiais de consumo	60.058	53.674
<b>483.121</b>	<b>422.750</b>	

19. DESPESAS COM PESSOAL, ENCARGOS E TERCEIROS

	2014	2013
Pessoal	923.878	817.297
Salários e encargos	84.318	72.856
Benefícios		
Serviços de terceiros	40.069	35.064
Mão de obra contratada	(381.269)	(487.642)
Serviços contratados	293.132	202.208
<b>1.241.420</b>	<b>1.092.659</b>	

As despesas com serviços de terceiros referem-se, principalmente, aos contratos firmados com prestadores de serviços de limpeza, segurança, lavanderia, médica, tecnologia de informática, consultoria contábil e jurídica.

# Auditoria

- Necessidade da contratação de auditoria independente
- Visão geral do processo de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis
- Relatórios emitidos pelos auditores independentes



X



DIRETORIA ELEITA			
Claudio Luiz Lottenberg - Presidente Alexandre Roberto Ribenboim Flx - Vice-presidente Claudio Schwarzman - Vice-presidente	Dominique José Einhorn - Vice-presidente Eduardo Zlotnik - Vice-presidente Flávio Tarasoutchi - Vice-presidente	Henri Philippe Raichstul - Vice-presidente Nelson Wolosker - Vice-presidente Sidney Klajner - Vice-presidente	
CONSELHO FISCAL			
Israel Vainboim	Jacob Jacques Gelman	Roberto Bielawski	Gilberto Makias Melches
MESA DIRETORA			
Reynaldo André Brandt - Presidente	Claudio Thomaz Lobo Sonder - Vice-presidente Elias Knobel - Vice-presidente	Mario Arthur Adler - Vice-presidente Nelson Harneschlak - Vice-presidente Luiz Gastão Mange Rosenfeld	
Andrea Sandro Calabi	Charles Siegmund Rothschild	Claudio Luiz da Silva Haddad	
SUPERINTENDÊNCIA		DIRETORIA FINANCEIRA	
Henrique Sutton de Sousa Neves Superintendente geral	Fernando Augusto Rodrigues Leão Filho Diretor executivo financeiro	Patricia Leisnock Santos Gerente de controladoria - CRC 1SP208724/p-3	Edson de Melo Contador CRC 1SP200685/O-7
PARECER DO CONSELHO FISCAL			
"O Conselho Fiscal da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein no uso de suas competências legais e estatutárias, em reunião desta data, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Com base nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião que o referido documento está em perfeita ordem e reflete a posição patrimonial e financeira da Sociedade".			
Israel Vainboim	Gilberto Makias Melches	São Paulo, 18 de março de 2015 Jacob Jacques Gelman	Michael Edgar Perlman Roberto Bielawski
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
<p><b>Aos Diretores e Conselheiros</b></p> <p><b>Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - Hospital Albert Einstein</b></p> <p>Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - Hospital Albert Einstein ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como a resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.</p> <p><b>Responsabilidade da administração</b></p> <p><b>sobre as demonstrações financeiras</b></p> <p>A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.</p> <p><b>Responsabilidade dos auditores independentes</b></p> <p>Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas</p>	<p>requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.</p> <p>Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.</p> <p>Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p>	<p><b>Opinião</b></p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - Hospital Albert Einstein em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p><b>Ênfase</b></p> <p>Chamamos a atenção para as Notas 14(d) e 23(e) às demonstrações financeiras que descrevem os autos de infração recebidos pela Sociedade com relação a contribuições patronais ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). O risco de perda é considerado remoto pela administração e seus consultores jurídicos e, por esse motivo, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.</p> <p>São Paulo, 18 de março de 2015</p> <p><b>prc</b> PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000180/O-5</p>	<p><b>Marcelo Orlando</b> Contador CRC 1SP217518/O-7</p>

